



## REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-GERAL NACIONAL DA ADFA, DE 2005.ABR.16

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA DN, REFERENTE AO ANO DE 2004

### INTRODUÇÃO

O primeiro momento associativo relevante, no ano de 2004, sem dúvida consistiu no acto de posse, de âmbito geral, que iniciou o mandato de todos os Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações, para o triénio 2004-2006.

A cerimónia, de cariz nacional, ocorrida na Sede a 6 de Janeiro, na qual foram empossados os elementos dos Órgãos Nacionais e os presidentes das Mesas de Assembleia Geral das Delegações, foi presidida pelo Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, doutor Henrique de Freitas, participada por número assinalável de associados, e contou com a presença dos secretários de Estado da Segurança Social, doutora Teresa Caeiro, e do Trabalho, doutor Luís Pais Antunes, para além de deputados, representante do almirante Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, Chefes de Estado Maior dos três ramos, ou seus representantes, dirigentes de associações de antigos combatentes, entidades de cúpula das estruturas nacionais e das organizações da área da reabilitação, empresários e outros convidados.

A Direcção Nacional, pela voz do seu presidente, afirmou que, tal como os restantes Órgãos Sociais Nacionais, o mandato iniciado assumiria uma prestação de continuidade, na esteira do seu lema da campanha eleitoral "Mudança em serenidade", com o pleno conhecimento de que a continuidade não é, nem pode ser, sinónimo de estaticismo, mas sabendo-se também que a mudança obriga a alterações de hábitos e usos, quantas vezes cristalizados, o que não implica necessariamente processos dolorosos, se evoluídos em serenidade, ela que, por sua vez, não é antónimo de firmeza.

Por outro lado, foi expressa a satisfação com que se revia tomarem posse os presidentes das Mesas de Assembleia Geral de Castelo Branco e de Coimbra, cuja presença foi vivamente saudada, como demonstração do regresso, àquelas regiões, da estabilidade e participação associativas e da legalidade estatutária.

### 30.º ANIVERSÁRIO

De grande vulto, e associativamente extraordinária, foi a cerimónia pública da comemoração do 30.º aniversário da ADFA, num ensejo que concretizou a presença do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, doutor Jorge Sampaio, na Sede Nacional, no dia 14 de Maio.

A sessão solene evocativa, presidida pelo Chefe de Estado, contou com a presença do Chefe do Estado-Maior

General das Forças Armadas, dos Chefes dos Estados Maiores dos três Ramos, de antigos Ministros da Defesa Nacional e da Segurança Social, tal como antigos Secretários de Estado desses mesmos ministérios, do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, do Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa e de deputados dos diversos Grupos Parlamentares, Directores dos Serviços de Saúde dos três Ramos das Forças Armadas, delegados internacionais da Secretaria Social do Estado de Hamburgo, da associação Barriero Frei da mesma cidade, e da Asociación de Caballeros Inválidos y Mutilados Militares de Espanha, representantes de instituições e organismos públicos e empresariais, tal como das estruturas de cúpula da área da reabilitação, dirigentes de associações de antigos combatentes e da área da reabilitação, bem como elementos dos Órgãos Sociais Nacionais e de todas as Delegações da ADFA, e elevado número de associados.

Depois da intervenção do presidente da Direcção Nacional, que salientou o vigor e moral históricos de uma ADFA com 30 anos, as situações ainda a clamar por justiça, tantos anos depois, lembrando as insuficiências de hoje e amanhã, no que se refere a apoio social, de saúde e residencial, perante a faixa etária em que já se situam os deficientes militares oriundos das frentes de África, ressaltando a urgência da resolução, pela positiva, de todas as situações evidenciadas, para que se reconheça com dignidade os justos direitos de quem cumpriu o dever de "Honrar e Servir", encerrando-se, assim, com sentido nacional, o dossier da Guerra Colonial,

Da superior alocução do doutor Jorge Sampaio, entendemos realçar as seguintes passagens:

*"... A data do aniversário dos 30 anos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas favorece agora a possibilidade de poder, ..., prestar um tributo de reconhecimento nacional a todos aqueles que desafortunadamente sofreram lesões irremediáveis ao serviço das Forças Armadas.*

*Portugal tem para com todos eles uma dívida de gratidão que não se resgata somente pelo exercício da palavra. Por isso, a minha vinda aqui hoje não tem apenas como objectivo dar testemunho do reconhecimento do país pelo sacrifício que o infortúnio vos reservou. Este é um gesto de solidariedade que com gosto presto, consciente de que ele serve, nalguma medida, para que na voragem do quotidiano a vossa situação não seja esquecida.(...)*

*Creio, porém, que é necessário ir um pouco mais além do que um forte e sentido gesto de solidariedade prestado pelos Órgãos de Soberania aqui presentes. Para além das várias iniciativas concretizadas nestes trinta anos, é preciso continuar a assegurar que o Estado Português garanta as condições necessárias de assistência à diversidade de situações concretas e assegure equidade e justiça perante a sua particular condição. (...)*

*O diálogo dos governos com esta Associação deve ser uma constante, pois só ele permite um acompanhamento de proximidade com uma realidade tão complexa como esta. Desse diálogo devem, necessariamente, decorrer, em tempo útil, as alterações legislativas que se julguem oportunas e necessárias.*

*Temos de ter todos consciência de que a comemoração dos 30 anos de vida desta Associação representa, também, que o essencial dos seus associados começa a entrar, ou se encontra já, na chamada 3ª idade.*

*Esquecemo-nos, por vezes, do passar vertiginoso do tempo e do que ele representa na alteração das condições concretas de vida destas pessoas. Esta realidade confronta-nos com novos problemas a que temos de dar respostas urgentes que garantam condições de dignidade quotidiana a todos eles, a quem a vida já impôs um fardo tão difícil de suportar. Esta é sem dúvida uma matéria a que quero dedicar uma maior atenção, deixo-vos esse compromisso.*

*(...)"*

Seguiu-se um momento elevado e de muito significado, quando, em sequência de deliberações do Conselho Nacional, de 27 de Março anterior, o doutor Jorge Sampaio descerrou a placa que atribuiu o nome de Jorge Maurício, ao Auditório da Sede Nacional, e entregou, à filha daquele desaparecido dirigente e associado, o alvará da atribuição da qualidade de Associado Honorário.

No final da sessão solene, o chefe da Casa Militar da Presidência da República sugeriu à ADFA que apresenta-se uma proposta de condecoração, a conceder pelo Chefe de Estado, a um deficiente das forças armadas que constitui-se uma referência e símbolo da dinâmica da Associação. Poucos dias depois, a DN apresentou essa proposta, indicando como destinatário do eventual reconhecimento o associado Jorge Maurício e, acolhida tal indicação, o proposto foi agraciado no dia 5 de Outubro, na Sessão Solene Comemorativa da Implantação da República, com o Grau de Comendador da Ordem do Mérito.



No dia 15 de Maio, desenrolou-se o grande acto associativo comemorativo da importante efeméride, que consistiu de um almoço convívio que decorreu em Rio Maior, e no qual participaram cerca de 1500 associados e famílias, incluídos elementos dos Órgãos Sociais Nacionais e de todas as delegações, tendo-se também de todas elas deslocado associados, e onde marcou igualmente presença número interessante de trabalhadores da ADFA. No encontro, para além de autarcas locais, representantes da Assembleia e Câmara Municipais, integraram-se os convidados estrangeiros já mencionados, tendo a Associação de Caballeros Inválidos y Mutilados Militares de Espanha promovido a deslocação de cerca de uma vintena de elementos do seu núcleo de Badajoz, e suas famílias.

Com o lema "Honrar e Servir" se celebrou o 30.º Aniversário da ADFA, e nessa esteira se desenvolveram contactos, que levaram à recepção de 52 mensagens das mais altas personalidades da vida política e da instituição militar, as quais, pela sua positiva análise da instituição, foram incluídas em brochura evocativa, a que se acoplaram fotografias do período da "Guerra Colonial" e da vivência da ADFA.

### CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE STRESS PÓS-TRAUMÁTICO

Constituiu também importante marco das actividades da ADFA, em 2004, a realização em Leiria, de 10 a 12 de Novembro, do Congresso Internacional sobre Stress Pós-traumático, em aplicação das acções que nos incumbe desenvolver dentro do Protocolo assinado com o Ministério da Defesa Nacional, em 4 de Fevereiro de 2002.

A sessão de abertura foi presidida pelo secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, doutor José Manuel Pereira da Costa, que foi acompanhado na mesa de honra pela Secretária Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa Deficiente, em representação do Ministro-adjunto do 1.º Ministro, da Presidente da Câmara Municipal e do Governador Civil de Leiria, do representante da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, além dos presidentes das entidades co-organizadoras – ADFA e ISLA/Leiria – e da Comissão Científica do Congresso, estando presentes na sala convidados, civis e militares, palestrantes e vasto número de congressistas, o que, relativamente a estes últimos, se verificou durante os três dias do evento.

Nos diversos painéis e *workshops*, desenvolvidos no decorrer do Congresso Internacional sobre Stress Pós-Traumático, abordaram-se os temas seguintes:

#### Dia 10 de Novembro

Na parte inicial das intervenções e debate, as questões do stress de guerra, como a despistagem, avaliação, tratamento e acompanhamento, e da Rede Nacional de Apoio respectiva, ocasião em que a ADFA teve a principal participação política e técnica, sublinhada pelos testemunhos de um antigo combatente e familiares, expressos na projecção de um documentário produzido pela delegação da ADFA no Porto.

#### Tema: Avaliação do funcionamento da Rede Nacional e Intervencional de Apoio:

1 – Especificidades, realidades e respostas: da intenção à acção

- A avaliação de sequelas de doenças e acidentes em serviço: um problema humano, social e político;
- Psychological assistance for polish soldiers during peace-keeping mission;

- stress pós-traumático e a sua repercussão no pessoal das Forças Armadas.

2 – Capacidade de resposta e avaliação

- O trabalho da ADFA vai continuar a garantir uma melhor qualidade de vida ao antigo combatente;

- Capacidade de resposta e avaliação;

- Distúrbio de stress pós-traumático e peritagem médico-legal;

- Resultados das pesquisas realizadas pela UNIIPSI e ADFA (Leiria) com antigos combatentes e familiares.

#### Palestras:

- História do Stress de Guerra em Portugal;

- Intervenção psicoterapêutica no Hospital Júlio de Matos: terapias de grupo no stress de guerra;

**Workshop:** Phase Oriented Treatment for Acute Trauma

**Conferência:** Para além do sofrimento psicológico: impacto sobre a saúde das experiências traumáticas.

#### Dia 11 de Novembro

#### Tema: Fundamentos e pesquisas sobre a perturbação de stress pós-traumático

**Conferência:** An overview of the psychology and particularly the biology of acute and chronic trauma

**Mesa:** Trauma, memória e stress – processos e pesquisas

- Molecular, cellular and system mechanisms underlying the storage of contextual fear memories in hippocampal and cortical networks;

- Psicoendocrinologia del trastorno de stress post-traumático;

- A single exposure to immobilization stress in rats: a putative animal model of post-traumatic stress disorder?

- Memórias traumáticas, auto-narrativas e conduta suicida.

**Simpósio:** As variações psicológicas como amortecedores entre situações traumáticas e stress:

- Stress, início diabetes e início de gestão da doença;
- O stress na cidade: que consequências sobre a saúde e a qualidade de vida?

- Factores protectores ao desenvolvimento de stress pós-traumático no cancro da mama;

- Promoção do bem-estar psicológico em pessoas com stress crónico;

- Trauma e comportamento parental em mães de crianças prematuras.

**Simpósio:** Família e stress traumático:

- Variáveis clínicas e familiares em mulheres de ex-combatentes da guerra colonial;

- Ajustamento marital em ex-combatentes da guerra colonial com e sem perturbação pós-stress traumático;

- A perturbação de stress pós-traumático, trauma secundário e histórias de vida;

- Psiconeuroendocrinologia das memórias no stress traumático: implicações no trabalho e nas famílias.

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXX Jan. 2004 07/01/04 Nº 337 Preço 0,70

• **Porto**  
Evocada a criação da Delegação nas comemorações do 29.º Aniversário  
página.6

• **Dia Nacional do Combatente**  
Adoptado o dia 9 de Abril, evocativo da efeméride da Batalha de La Lys  
página.16



• **Natal**  
A Direcção Nacional reuniu com os trabalhadores da ADFA num encontro de Natal  
página.16

• **Accessibilidades**  
Programa "Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para todos"  
página.14

Audiência com o SEDAC  
ADFA apresenta cumprimentos de Boas Festas  
página.16



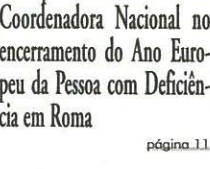
Núcleo de Maputo  
1.º secretário da DN visitou o Núcleo da ADFA na capital de Moçambique  
página.10

O Delegado da ADFA para a Assembleia Geral da FMAC esteve no Maputo para contactar os associados de Moçambique com quem tratou dos problemas que ainda estão por resolver  
página.10

FMAC  
Participação da ADFA na 24.ª Assembleia Geral  
página.10



AEPD em Roma  
O presidente da DN representou a presidente da Comissão Coordenadora Nacional no encerramento do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência em Roma  
página.11



#### Conclusão do processo eleitoral



A cerimónia de posse dos Órgãos Sociais Nacionais e das Mesas das Delegações contou com a presença do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes e de outras altas entidades civis e militares

Em início de novo mandato

#### Entrevista com o presidente da Direcção Nacional



Eleição para o Conselho da Delegação dos Açores em 28 de Fevereiro  
página.4

#### Dia 12 de Novembro

#### Tema: Terapias e intervenção na perturbação de stress pós-traumático: modelos, abordagens e práticas

**Conferência:** The israeli experience following terror attacks

**Simpósio:** Gestão dos incidentes críticos em equipas de socorro, segurança e emergência:

- Stress e trauma na actividade de socorro - modelo de abordagem integrada às forças de emergência;
- Incidentes críticos em forças de segurança;
- Psicologia de intervenção em crise: integração com os Serviços de Emergência Médica;

- CISM - Critical Incident Stresse Management / Programa de Apoio de Pares (Peer Suport);

- Avaliação da perturbação de stresse pós-traumático nos bombeiros portugueses.

**Conferência:** Memória e stress pós-traumático

**Painel:** Violência, traumas e terapias

- Battered women with and without post-traumatic stress: differential analysis;

- Violencia familiar y estrés postraumático: cuándo se da, cuándo no y cómo ajustar la terapia en cada caso;

- As terapias EMDR e opening up: reflexões a partir de um caso clínico;

- Da Costa, precursor do PTSD? A farmacoterapia (im)possível no manuseamento do PTSD.

**Mesa:** Stress pós-traumático e crianças

- Experiências de acompanhamento psicológico a meninos amputados de guerra;

- Características del estrés postraumático en niños y adolescentes: nuestra experiencia con las víctimas del atentado del 11 de Marzo en Madrid.

Seguiu-se a sessão de encerramento, na qual a mesa de honra foi encabeçada pela Presidente da Câmara Municipal de Leiria, que se encontrava ladeada pelos presidentes da Direcção Nacional da ADFA, da Comissão Científica do con-



# 30 anos



Comandante Supremo das Forças Armadas e chefias militares com a ADFA

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes também presente



Tive, há poucos dias, a grata oportunidade de prestar a minha homenagem aos Antigos Combatentes numa cerimónia que decorreu no Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo do Soldado Desconhecido. A data do aniversário dos 30 anos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas favorece agora a possibilidade de poder, de igual modo, prestar um tributo de reconhecimento nacional a todos aqueles que desafortunadamente sofreram lesões irreversíveis ao serviço das Forças Armadas.

Portugal tem para com todos eles uma dívida de gratidão que não se resgata somente pelo exercício da palavra. Por isso, a minha vida aqui hoje não tem apenas como objectivo dar testemunho do reconhecimento do país pelo sacrifício que o infirmo

Esquecemo-nos, por vezes, do passar vertiginoso do tempo e do que ele representa na alteração das condições concretas de vida destas pessoas. Esta realidade confronta-nos com novos problemas a que temos de dar respostas urgentes que garantam condições de dignidade quotidiana a todos eles, a quem a vida já impôs um fardo tão difícil de suportar. Esta é sem dúvida uma matéria a que quero dedicar uma maior atenção, deixo-vos esse compromisso.



Há uma outra forma de prestar homenagem aos antigos combatentes que consiste no reforço permanente do prestígio institucional das Forças Armadas, sublinhando, junto das novas gerações, o papel insubstituível que estas desempenham num Estado moderno. Sa que vos dá grande satisfação o orgulho que o país sente nas suas Forças Armadas. Por isso, a sua reestruturação e reequipamento são tão importantes. Os tempos são outros, diversas as ameaças e diferentes os teatros de operações bem como a natureza das missões que no quadro multilateral nos podem ser confiadas. Temos de ter, em tempo útil, uma modernização eficaz e um produto operacional capaz de dar resposta a essa nova realidade, concentrando os investimentos necessários na obtenção atempada desse produto operacional.



Este é um trabalho que a todos nos deve mobilizar. Devemos fazê-lo de forma escrupulosa e aberta ao escrutínio e ao debate, como é lícito das sociedades democráticas mais desenvolvidas. O País tem um profundo respeito e consideração pelas Forças Armadas portuguesas que em todos os teatros de operações multilaterais onde têm participado granjearam ragados elogios, respeito e reconhecimento dos seus pares. Tenho reiterando o meu louvor ao trabalho da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Obrigado pela vossa dedicação e solidariedade.



brigo Simão

vos reservou. Este é um gesto de solidariedade que com gosto presto, consciente de que ele serve, nalguma medida, para que na voragem do quotidiano a vossa situação não seja esquecida.

Creio, porém, que é necessário ir um pouco mais além do que um forte e sentido gesto de solidariedade prestado pelos Órgãos de Soberania aqui presentes. Para além das várias iniciativas concretizadas nestes trinta anos, é preciso continuar a assegurar que o Estado Português garanta as condições necessárias de assistência à diversidade de situações concretas e assegure equidade e justiça perante a sua particular condição.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem desempenhado um trabalho notável ao longo dos seus trinta anos de vida. Tem sido, persistentemente, um núcleo de solidariedade activa para com os seus camaradas de armas e a esse esforço é devido um merecido louvor público. Mas, com idêntica tenacidade e persistência, tem confrontado os sucessivos governos com a necessidade de melhorar a prestação de determinados cuidados, de aperfeiçoar a legislação existente e, mesmo, porque não reconhecerlo, corrigir algumas injustiças. O diálogo dos governos com esta Associação deve ser um constante, pois só dele permite um acompanhamento de proximidade com uma realidade tão complexa como esta. Desse diálogo devem, necessariamente, decorrer, em tempo útil, as alterações legislativas que se julgam oportunas e necessárias.

Temos de ter todos consciência de que a comemoração dos 30 anos de vida desta Associação representa, também, que o essencial dos seus associados começa a entrar, ou se encontra já, na chamada 3ª idade.

brigo Simão

ELO

JUNHO 2004

atividade das Delegações e continuaram-se as reuniões conjuntas com as suas Direcções, que constituíram um importante contributo para a harmonização da gestão e actividade nacionais da Associação;

A Direcção Nacional, no sentido da partilha dos momentos de lazer e solidariedade dos associados e suas famílias, deslocou-se aos aniversários e encontros de todas as Delegações e organizou um "convívio interfamílias", de cariz nacional, em Alpiarça no dia 4 de Setembro, integrado por uma visita à casa Museu dos Patudos, concurso de pesca na barragem local, e que culminou com um animado "piquenique", no qual se procedeu à distribuição de troféus daquela actividade desportiva.

Persistiu em ser problemático o objectivo de desenvolver incentivo à criação de condições para apoio efectivo aos deficientes das Forças Armadas, residentes em Angola e Guiné-Bissau, prosseguindo a

evolução do relacionamento com o Núcleo de Moçambique, que já o vem prestando no seu país.

quia local, estiveram presentes Secretárias de Estado e deputadas dos diversos Grupos Parlamentares. Prosseguiu-se a política de insistência para que, como até agora, nenhum dos direitos dos deficientes militares fosse objecto de qualquer redução, o que, tendo sido conseguido, não foi correspondido, por parte do Ministério da Defesa Nacional, no que se refere à sua ampliação, vincada em constantes e renovadas propostas reivindicativas, quer através da publicação de diplomas avulsos, quer por meio do avanço do estudo do edifício legislativo, que se consumará no "Estatuto do Deficiente Militar".

Na realidade, o ministro respectivo não só ignorou positivamente o esforço da Direcção Nacional, na omissão da análise dos documentos que lhe apresentou e evolução das audiências que lhe concedeu em 23 de Março, 4 de Outubro e 8 de Novembro, tal como desconsiderou as deliberações, que lhe foram remetidas, das Assembleias-Gerais Nacionais Extraordinária, de 28 de Junho de 2003, e Ordinária, de 17 de Abril de 2004.

O resultado das audiências com os três diferentes secretários de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, ocorridas em 22 de Janeiro, 9 de Setembro e 14 de Dezembro, não contribuíram de forma palpável para que aquele nível de indiferença se alterasse para resultados práticos, de molde a evoluir favoravelmente o estado de apatia governamental, face às injustiças ainda prevalentes.

A nossa Insistência para que, trinta anos depois do "25 de Abril" e da fundação da ADFA, o processo de encerramento do dossier da "Guerra Colonial" culminasse com êxito, no que aos deficientes militares se refere, redundou em esquecimento.

O vasto mar das promessas, que o ministro e seus secretários de Estado começaram a encher em 2002, designadamente, na visita à Sede Nacional em 14 de Fevereiro, por ocasião da campanha eleitoral para a IX Legislatura, e no 28.º Aniversário nacional, ocorrido em 19 de Maio, em Famalicão, desaguou, inane, num deserto de vacuidade!

De concreto, em 2004, obteve-se: O anúncio em 23 de Abril, pelo Primeiro Ministro, de que o executivo assumia a implementação do estudo do Estatuto do Deficiente Militar, e de que toda a essência da Lei n.º 9/02, de 11 de Fevereiro, se aplicava aos deficientes militares;

A publicação da Lei n.º 21/04, de 5 de Junho, e respectiva Portaria regulamentar n.º 1033-HQ/04, de 10 de Agosto, que estendeu aos emigrantes os direitos daquela lei, e a do decreto-lei n.º 160/04, de 2 de Julho, que regulamenta a sua aplicação aos antigos combatentes subscritores dos sistemas públicos de segurança social; destacando-se no seu artigo n.º 12.º que todo o direito e regulamentação da mesma lei abrange o universo dos deficientes militares nela enquadrados, e,

A publicação do despacho conjunto n.º 502/04, de 5 de Agosto, dos Ministérios da Defesa Nacional, da Saúde e do Trabalho e Segurança Social, que alarga às ONG, para além das competências que já lhes estão reconhecidas, a possibilidade de proceder à despistagem e avaliação da eventual prevalência de "stress de guerra" nos antigos combatentes. Porém, tal abertura continua inócua, dado que, até ao final do ano, não foi publicada a regulamentação dos futuros protocolos a celebrar com as ONG que se venham a enquadrar nos parâmetros que ela deverá definir.

A ADFA, que à tempo vinha reclamando, a elaboração do Estatuto do Deficiente Militar, nomeou um grupo de trabalho, o qual efectuou o levantamento de toda a legislação existente, tendo iniciado a tarefa preparatória de compilação

gresso, da Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra e do Núcleo de Leiria da ADFA e ainda da dr.ª Maria dos Anjos Dixe, que iria apresentar as conclusões do encontro.

O Congresso, organizado pela ADFA, com a colaboração do Núcleo de Leiria, e o ISLA-Leiria, através da intervenção da UNIPSIS, esteve a ser transmitido on-line, com comunicações dos trabalhos, actualizadas permanentemente, pelas vias de texto e imagem, difundidas a nível nacional e internacional.

Foi esta também uma das mais altas realizações da ADFA em 2004, e até nos 30 anos da sua existência.

## O ANO EM REVISTA

Reformado o modelo de gestão financeira da ADFA, para que tendesse objectivamente para uma situação de equilíbrio, e apesar do indispensável contributo e contenção por parte das Delegações, tal objectivo não foi alcançado, tendo concorrido para o facto a diminuição da subvenção do Ministério da Defesa Nacional, em cerca de 50.000 Euros.

Contudo, dada a prevista continuidade da redução do subsídio do MDN, urgiu equacionar novas formas de controlo de custos e rigor de gestão, quer na Sede como em todas as Delegações, nomeadamente na de Lisboa, cujo funcionamento, face à escassez de recursos, veio alterar o cenário existente, pondo em evidência que as regras criadas teriam de ser alteradas e, passado o período experimental, chegou a altura de efectuar o necessário ajustamento de gestão.

Na prática, verificou-se da parte da Direcção Nacional uma maior preocupação pelas dificuldades em assegurar às Delegações as condições ideais de funcionamento, tendo embora participado em necessidades de investimento que foram satisfeitas através de apoios pontuais atribuídos.

Pugnou-se pelo aprofundamento da actividade associativa, em dinâmica nacional intensa, com interacção da cria-



**ADFA - BALANÇO DA SEDE**

		2004		2003				2004		2003	
CODIGOS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO		
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>CAPITAL PROPRIO</b>				
411	Partes de Capital	2 992,79		2 992,79	2 992,79						
422	Edifícios e Outras Construções	2 890 046,38	351 041,55	2 539 004,83	2 536 334,11						
423	Equipamento Básico	178 696,45	157 149,69	21 546,76	25 560,44	571	Reservas	3 098 762,37	3 098 762,37		
424	Equipamento de Transporte	50 042,86	47 057,68	2 985,18	6 965,77						
425	Ferramentas e Utensílios	11 570,56	11 570,56			59	Resultados Transitados	-230 610,46	-173 749,29		
426	Equipamento Administrativo	435 808,77	435 808,77		4 325,36						
429	Outras Imobilizações Corpóreas	13 665,61	13 665,61								
441	Imobilizações em Curso	415 599,57		415 599,57	415 599,57	88	Resultado Líquido do Exercício	-67 033,55	-56 862,14		
		3 998 422,99	1 016 293,86	2 982 129,13	2 991 778,04		Total do Capital Próprio	2 801 118,36	2 868 150,94		
	<b>CIRCULANTE</b>										
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo										
35	Produtos e Trabalhos em Curso										
33	Produtos Acab. e Intermédios										
32	Mercadorias	13 813,88		13 813,88	13 813,88		<b>PASSIVO</b>				
		13 813,88		13 813,88	13 813,88	261	DÍVIDAS TERC.-M/L PRAZO				
							Fornecedores Imobilizado			4 112,70	
	<b>DIVIDAS DE TERC.-C. PRAZO</b>						<b>DÍVIDAS A TERC.-C. PRAZO</b>				
211	Clientes - C/Corrente	7 811,02		7 811,02	5 703,66	221	Fornecedores - C/Corrente	47 323,70	58 563,98		
24	Estado e Outros Entes Públicos					24	Estado e Outros Entes Públicos	7 927,32	11 033,46		
268	Centros Produtivos					268	Sede / Delegações	79 032,91	12 383,16		
268	Sede / Delegações	91 464,09		91 464,09	96 947,58	268	Centros Produtivos	95 279,72	83 855,21		
268/221	Outros Devedores	1 608 266,55		1 608 266,55	265 211,46	263/267	Outros Credores	370,32	327,89		
		1 707 541,66		1 707 541,66	367 862,70	268/211	Outros Credores	1 604 599,87	167 780,90		
								1 834 533,84	333 944,60		
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>						<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>				
159	Outros Títulos Negociáveis						Acréscimos de Custos	15 278,64	110 037,49		
12+13+14	Depósitos Bancários	105 233,36		105 233,36	125 956,15	273	Receitas com Provento Diferido	158 529,19	185 141,75		
11	Caixa	453,87		453,87	521,44	274		173 807,83	295 179,24		
		105 687,23		105 687,23	126 477,59		Total do Passivo	2 008 341,67	633 236,54		
	<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>										
271	Acréscimos de Proventos										
272	Despesas com Custo Diferido	288,13		288,13	1 455,27						
		288,13		288,13	1 455,27						
	<b>Total do Activo</b>	<b>5 825 753,89</b>	<b>1 016 293,86</b>	<b>4 809 460,03</b>	<b>3 501 387,48</b>		<b>Total Cap. Próprio e Passivo</b>	<b>4 809 460,03</b>	<b>3 501 387,48</b>		

**ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA SEDE**

CODIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2004	2003	CODIGOS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2004	2003
61	Custo das Mercadorias Vendidas			71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	5 155,46	4 150,00
					Variação da Produção		
62	Fornecim. e Serviços Externos	276 507,06	243 323,50			5 155,46	4 150,00
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	144 052,68	174 067,53	73	Proventos Suplementares	1 663,86	756,30
645	Encargos Sociais	27 091,95	30 951,41	74	Subsídios à Exploração	431 872,00	522 982,52
		447 651,69	448 342,44	76	Outros Proventos Operacionais	210 766,88	126 721,91
66	Amortizações do Imob. Corpóreo	15 704,88	64 740,21			644 302,74	650 460,73
67	Provisões	15 704,88	64 740,21		<b>Proventos e Ganhos Financeiros</b>		
				78	Outros Juros e Proventos Similares	4 654,68	2 879,42
63	Impostos	6 314,46	229,94			4 654,68	2 879,42
65	Outros Custos Operacionais	285 941,51	191 160,29				
		292 255,97	191 390,23	79	Proventos e Ganhos Extraordinários	64 973,99	18 619,01
68	Custos Financeiros						
	Juros e Custos Similares	19 178,72	3 713,07				
		19 178,72	3 713,07				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	11 329,16	24 785,35				
88	Resultado Líquido do Exercício	-67 033,55	-56 862,14				
	<b>Total do Débito</b>	<b>719 086,87</b>	<b>676 109,16</b>		<b>Total do Crédito</b>	<b>719 086,87</b>	<b>676 109,16</b>



## ADFA - BALANÇO CONSOLIDADO ( Sede + Delegações )

		2004		2003				2004	2003
CODIGOS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>CAPITAL PROPRIO</b>		
411	Partes de Capital	2 992,79		2 992,79	2 992,79				
422	Edifícios e Outras Construções	3 459 049,26	489 805,92	2 969 243,34	2 965 745,70				
423	Equipamento Básico	310 615,64	252 997,29	57 618,35	73 280,39	571	Reservas	3 603 187,15	3 455 592,72
424	Equipamento de Transporte	149 821,73	114 736,46	35 085,27	52 939,70				
425	Ferramentas e Utensílios	26 982,66	26 149,84	832,82	1 340,23	59	Resultados Transitados	102 639,58	229 171,28
426	Equipamento Administrativo	593 434,02	566 633,36	26 800,66	30 746,51				
427	Taras e Vasilhame	44,66	44,66	0,00	524,32				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	41 224,66	22 293,59	18 931,07	15 553,83				
431	Despesas Instalação	807,15	383,97	423,18	423,18				
441	Imobilizações Em Curso	475 036,51		475 036,51	451 692,37	88	Resultado Líquido do Exercício	-62 490,94	15 061,20
		5 060 009,08	1 473 045,09	3 586 963,99	3 595 239,02		Total do Capital Próprio	3 643 335,79	3 699 825,20
	<b>CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO</b>		
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo	4 490,03		4 490,03	3 877,39		<b>DÍVIDAS TERC.-M/L PRAZO</b>		
35	Produtos e Trabalhos em Curso						<b>DÍVIDAS A TERC.-C. PRAZO</b>		
33	Produtos Acab. e Intermédios						Fornecedores de Imobilizado	0,00	4 112,70
32	Mercadorias	40 838,61		40 838,61	30 299,60	261	Dívidas a Instituições Crédito	4 059,09	6 603,09
		45 328,64		45 328,64	34 176,99		Fornecedores - C/Corrente	89 874,37	79 897,94
	<b>DIVIDAS DE TERC.-C. PRAZO</b>						Estado e Outros Entes Públicos	13 467,16	15 839,39
211	Clientes - C/Corrente	7 811,02		7 811,02	10 741,03	231	Sede / Delegações	98 714,03	85 866,07
24	Estado e Outros Entes Públicos					221	Centros Produtivos	1.643 044,15	141 741,45
268	Centros Produtivos	5.721,42		5.721,42	94,71	24	Outros Credores	1.849 158,80	329 947,94
268	Sede / Delegações	2.827,46		2.827,46		268	<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>		
268/221	Outros Devedores	1.837.467,94	149,64	1.837.318,30	426 089,15	268	Acréscimos de Custos	15 278,64	110 187,47
		1.853.827,84	149,64	1.853.678,20	436 924,89	268/211	Receitas com Provento Diferido	364 796,49	396 764,51
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>							380 075,13	506 951,98
159	Outros Títulos Negociáveis	10 166,54		10 166,54	14 943,58		Total do Passivo	2.229.233,93	841 012,62
12+13+14	Depósitos Bancários	317 579,43		317 579,43	372 348,85	273			
11	Caixa	47 359,69		47 359,69	40 784,89	274			
		375 105,66		375 105,66	428 077,32				
	<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>								
271	Acréscimos de Proveltos	8 959,81		8 959,81	43 275,17				
272	Despesas com Custo Diferido	2 533,42		2 533,42	3 144,43				
		11 493,23		11 493,23	46 419,60				
	<b>Total do Activo</b>	<b>7.345 764,45</b>	<b>1 473 194,73</b>	<b>5 872 569,72</b>	<b>4 540 837,82</b>		<b>Total Cap. Próprio e Passivo</b>	<b>5 872 569,72</b>	<b>4 540 837,82</b>

## ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA ( Sede + Delegações )

CODIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2004	2003	CODIGOS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2004	2003
61	Custo das Mercadorias Vendidas	148 887,54	117 760,82	71	Vendas de Mercadorias	3 366,25	3 552,35
		148 887,54	117 760,82	72	Prestação de Serviços	394 000,39	392 376,73
62	Fornecim. e Serviços Externos	667 190,21	664 764,08		Varição da Produção	397 366,64	395 929,08
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	478 491,32	499 015,56	73	Proveitos Suplementares	6 497,26	6 394,51
645	Encargos Sociais	84 504,19	86 556,95	74	Subsídios à Exploração	586 699,21	665 033,70
		1 230 185,72	1 250 336,59	76	Outros Proveitos Operacionais	374 554,58	294 140,67
66	Amortizações do Imob. Corpóreo	82 032,93	126 370,29		Quotização	366 135,52	364 485,94
67	Provisões					1 333 886,57	1 330 054,82
		82 032,93	126 370,29		<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>		
63	Impostos	6 726,05	347,14				
65	Outros Custos Operacionais	396 567,89	245 809,86	78	Outros Juros e Proveitos Similares	6 917,98	6 701,65
		403 293,94	246 157,00			6 917,98	6 701,65
68	Custos Financeiros			79	<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>		
	Juros e Custos Similares	23 884,24	3 969,95			102 325,54	59 387,33
		23 884,24	3 969,95				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	14 703,30	32 417,03				
88	Resultado Líquido do Exercício	-62 490,94	15 061,20				
	<b>Total do Débito</b>	<b>1 840 496,73</b>	<b>1 792 072,88</b>		<b>Total do Crédito</b>	<b>1 840 496,73</b>	<b>1 792 072,88</b>



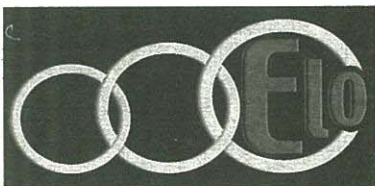
**ADFA - BALANÇO DA TIPOGRAFIA ESCOLA**

		2004			2003			2004	2003
CODIGOS CONTAS	ACTIVO	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROVIS.	LIQUIDO	LIQUIDO	CODIGOS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	PASSIVO LIQUIDO	LIQUIDO
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções								
423	Equipamento Básico	528 813,48	425.533,56	103 279,92	126 105,69	571	Reservas	336 124,93	345 772,37
424	Equipamento de Transporte	24 752,33	24 752,08	0,25	1 881,69				
425	Ferramentas e Utensílios	839,66		839,66	346,66	59	Resultados Transitados	-1 740,65	-9 647,44
426	Equipamento Administrativo	16 604,86	8 258,52	8 346,34	11 263,46				
429	Outras Imobilizações Corpóreas	37 047,26	9 019,55	28 027,71	31.935,21				
	Imobilizações Em Curso								
		608 057,59	467 563,71	140 493,88	171 532,71	88	Resultado Líquido do Exercício	-9 110,41	-1 740,65
							Total do Capital Próprio	325 273,87	334 384,28
	<b>CIRCULANTE</b>								
36	Mat. Primas, Subs. de Consumo	13 570,20		13 570,20	9 767,72				
35	Produtos e Trabalhos em Curso	1 614,00		1 614,00	15 828,66				
32	Mercadorias						<b>PASSIVO</b>		
		15 184,20		15 184,20	25 596,38	231	DIVIDAS A INST. CRÉDITO	31 881,24	71 394,89
	<b>DIVIDAS DE TERC.-C. PRAZO</b>						<b>DÍVIDAS A TERC.-C. PRAZO</b>		
211	Clientes - C/Corrente	124 066,40		124 066,40	124 .080,97	221	Fornecedores - C/Corrente	84 108,92	81 463,55
24	Estado e Outros Entes Públicos					24	Estado e Outros Entes Públicos	9 742,72	9 792,95
268	Centros Produtivos					268	Sede / Delegações		
268	Sede / Delegações	95 279,72		95 279,72	83.855,21	268	Centros Produtivos		
268	Outros Devedores					268	Outros Credores	147,40	348,37
		219 346,12		219 346,12	207.936,18			93 999,04	91 604,87
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>						<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>		
159	Outros Títulos Negociáveis						ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
12+13+14	Depósitos Bancários	92 552,05		92 552,05	110 013,24	273	Acréscimos de Custos	17 204,17	18 682,80
11	Caixa	249,40		249,40	249,40				
		92 801,45		92 801,45	110 262,64				
	<b>ACRÉSC. E DIFERIMENTOS</b>						Total do Passivo	143 084,45	181 682,56
271	Acréscimos de Proveitos								
272	Despesas com Custo Diferido	532,67		532,67	738,93				
		532,67		532,67	738,93				
	<b>Total do Activo</b>	<b>935 922,03</b>	<b>467 563,71</b>	<b>468 358,32</b>	<b>516 066,84</b>		<b>Total Cap. Próprio e Passivo</b>	<b>468 358,32</b>	<b>516 066,84</b>

**ADFA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA TIPOGRAFIA ESCOLA**

CODIGOS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2004	2003	CODIGOS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2004	2003
61	Custo das Mercadorias Vendidas	152 326,31	115 549,61	71	Vendas de Mercadorias		
		152 326,31	115 549,61	72	Prestação de Serviços	425 725,94	434 118,47
					Varição da Produção	14 214,66	-12 359,16
62	Fornecim. e Serviços Externos	112 940,47	116 214,76			439 940,60	421 759,31
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	127 303,14	128 519,89	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	21 447,21	21 780,23	74	Subsídios à Exploração		
		261 690,82	266 514,88	76	Outros Proveitos Operacionais		
66	Amortizações do Imob. Corpóreo	34 202,50	33 234,81				
67	Provisões				Proveitos e Ganhos Financeiros		
		34 202,50	33 234,81	78	Outros Juros e Proveitos Similares	1 103,95	1 649,21
63	Impostos	16,95	8,34			1 103,95	1 649,21
65	Outros Custos Operacionais						
		16,95	8,34	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	312,22	3 120,75
68	Custos Financeiros					312,22	3 120,75
	Juros e Custos Similares	2 229,13	3 893,57				
		2 229,13	3 893,57				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1,47	9 068,71				
88	Resultado Líquido do Exercício	-9 110,41	-1 740,65				
	<b>Total do Débito</b>	<b>441 356,77</b>	<b>426 529,27</b>		<b>Total do Crédito</b>	<b>441 356,77</b>	<b>426 529,27</b>





Associação dos Deficientes das Forças Armadas



ADFA

FORTE PAÇO

# CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE STRESS PÓS-TRAUMÁTICO

Leiria, 10 a 12 de Novembro de 2004

**Durante treze anos partiram aos milhares, ao som de "Angola é nossa".**

Para trás deixavam os pais, as noivas, as esposas com quem tinham casado à pressa, nalguns casos os filhos, e a esperança de "regressar bem". Durante mais de dois anos fizeram amizades e divertiram-se, mas também sofreram a fome e a sede, mataram e viram morrer, praticaram e sofreram chacinas, sentiram o medo e "o sangue gelar nas veias". Aos milhares que regressaram sem a vida, a pátria (ou a família) deu-lhes um esquife e uma singela homenagem; aos milhares que regressaram com a visão ou sem os membros, a pátria deu-lhes uma pensão e a "leges artis" das ciências médicas, da enfermagem e da reabilitação; mas, aos milhares que regressaram sem a alma, nem a pátria nem as ciências lhes deram nada, e as esposas deram-lhes filhos que as ajudam a carregar o "fardo".

Foto, e amabilidade, de Carlos Costa - 2.º dia/arte

lado, avançado no sentido da concretização de protocolos de cooperação, que apontem para a instalação de valências sociais e de saúde, na sede da Delegação em Ponta Delgada.

Iniciou-se a calendarização para a concretização de uma revisão estatutária, que readapte a ADFA às realidades, no sentido da sua operacionalidade futura e aligeiramento da orgânica e procedimentos, do qual os associados muito têm a ganhar, no nível dos apoios e participação.

Consolidou-se a harmonização de procedimentos e funcionamento dos serviços jurídicos da ADFA, em sintonia com a articulação entre eles, no intuito de evitar de discrepâncias processuais ou sobreposição desnecessária de recursos. Com esse objetivo, as três juristas reuniram na Sede Nacional, com representantes da Direcção Nacional e das Direcções das Delegações de Lisboa e Porto.

Mediante a aplicação do plano de rentabilização elaborado no início do ano, dotaram-se alguns departamentos da sede e delegações, com os equipamentos informáticos adequados às funções a que se destinavam, rentabilizando-se ao máximo o seu hardware e software.

Realizou-se também na Sede Nacional uma acção de formação, dirigida ao pessoal administrativo, com formação actualizada e personalizada a todos os operadores, desenvolvendo-se uma atenção suplementar para com os que demonstravam maiores dificuldades na sua utilização, concretamente junto dos funcionários de algumas Delegações, a quem o Departamento informático da Sede ministrou pontualmente, ao longo do ano, formação personalizada pela via telefónica.

Continuou-se o esforço de transição para a promoção da utilização das novas tecnologias da comunicação, privilegiando-se sempre que possível a utilização do correio electrónico em detrimento da telecópia e do correio normal (CTT).

Investiu-se numa nova forma de estar na Internet: através da divulgação do 30.º aniversário da ADFA, com a remodelação da actual página, apostando-se assim, numa mais fácil forma de relacionamento entre a Instituição e os associados ou visitantes, em geral. Aquela página conta com novo desenho (layout), que permite maior facilidade de navegação, por ser muito interactivo e possibilitar a busca directa, através de motor de pesquisa local e mundial, via "google". O layout instalado está dotado de rotinas que possibilitam assinatura de publicação digital via e-mail, a formulação de perguntas aos serviços clínicos com respostas pré-seleccionadas e afixadas on-line; a nova tecnologia permite ainda a realização de um fórum, por subscrição, que proporciona a identificação e seguimento do utilizador, para intercâmbio de opiniões on-line com "controlo pré-definido de conteúdos".

Criou-se uma base de dados de endereços de correio electrónico, para mais fácil encaminhamento de conteúdos específicos para cada tipo de destinatário (assinantes da publicação digital, associados, Câmaras Municipais, Órgãos de Comunicação Social, etc.).

Apostou-se na máxima rentabilização dos meios técnicos e humanos do jornal ELO, e sem descurar a qualidade do produto final, procedeu-se à renovação da sua equipa com a admissão de um maquetista, um redactor principal e um jornalista estagiário. Este departamento, ao dispor de equipamento adequado às suas necessidades, beneficia da possibilidade da entrega do jornal já montado na gráfica por intermédio de tecnologia de ponta (via FTP), que lhe permite intervenções de "última hora" até ao momento da sua entrada na rotativa, assim como maior controlo de todas as fases da sua produção.

No decurso de 2004, ao ser assinalado o 30.º aniversário do jornal ELO, e mantendo-se a sua identidade e traça originais, a sua imagem foi reestruturada pontualmente, num esforço concertado e desejado de maior facilidade de acesso aos respectivos conteúdos, maior equilíbrio dentro dos diversos temas, inserção de rubricas cada vez mais procuradas pelo leitor alvo, tal como se desenvolveu a intenção de captar outros possíveis leitores.

Durante 2004, o Centro de Documentação e Informação (Biblioteca) foi alvo de uma reestruturação de objectivos e funcionamento, através da elaboração de um projecto de readaptação, que apontou para a definição prioritária dos conteúdos a tratar e modo de funcionamento:

alargada dos conceitos a introduzir no futuro projecto de diploma, que se pretende estruturante e abrangente.

Avançou-se na priorização da estratégia de protocolos e parcerias, a desenvolver pela ADFA, para fins de apoio de saúde, social, domiciliário e residencial, em desenvolvimento de um plano que, com apoio de programas específicos nestas matérias, permitam a criação de um quadro profissionalizado de pessoal técnico, que gize o quadro das candidaturas e a gestão operacional dos projectos a apresentar.

No entanto, no actual quadro impulsionaram-se acções para:

- a continuação da dignidade e competência médica e clínica, conforme os deficientes militares têm vindo a ser acompanhados e tratados nos estabelecimentos militares de saúde, tal como na prescrição e fornecimento de ajudas técnicas, sejam elas próteses, ou outros meios auxiliares, para compensação das desvantagens causadas pelas incapacidades;
- acautelamento na manutenção dos direitos reconhecidos pelas ADM, aos deficientes militares;
- óbvio reconhecimento da afectação do Lar Militar aos objectivos para que foi criado, na senda do determinado no seu despacho regulamentar e das legítimas expectativas, que os grandes deficientes militares dependentes nele têm depositadas, desde a sua criação, para o seu acolhimento naquela modelar unidade de saúde;

O incremento dos esforços, para a aprovação definitiva do processo de construção do Projecto de Ampliação e Remodelação das Instalações da Delegação do Porto, já em avançado estado de análise, e que constituirá um objectivo nacional de grande relevo na região Norte; e, a insistência, junto do MDN, para criação de condições, na cedência de infra-estruturas adequadas à instalação do Centro de Reabilitação dos Açores, tendo-se, por outro

Insistiu-se no aprofundamento do empenhamento da ADFA na execução do protocolo, celebrado com o Ministério da Defesa Nacional, para efeitos de tratamento e acompanhamento dos militares e ex-militares, afectados pelo "Stress de guerra", e para a divulgação e informação daquela patologia e da respectiva Rede Nacional de Apoio, pelo que a ADFA se continuou a empenhar na área específica das valências que aquele lhe confere.

Nesse sentido, a ADFA promoveu a 1 de Outubro, no Teatro Mirita Casimiro de Viseu, a realização de um colóquio subordinado ao Tema "30 anos de Abril - A guerra, a Libertação e as Consequências", no qual intervieram dois militares e o presidente da Direcção Nacional e, no encontro, estiveram muitas dezenas de antigos combatentes, que participaram com a riqueza das suas experiências e traumas.

Pela sua envergadura, já foi largamente referido em local anterior, a concretização, em Leiria e de 10 a 12 de Novembro, do Congresso Internacional sobre stress Pós-Traumático, participação importante da nossa Associação na divulgação informativa e científica daquela patologia.

A ADFA continuou a exigir com intransigência o correcto funcionamento da Rede Nacional de Apoio, para que cumpra as tarefas de avaliação e despiste dos pacientes afectados pelo "Stress de guerra", tal como a lei lhe impõe, não se enfeitando, contudo, a complementaridade que àquela podem dar as nossas equipas multidisciplinares de Lisboa e Porto, cuja tarefa se quer expandir a outras Delegações.

Fruto de tal exigência, a publicação do já aludido despacho conjunto n.º502/004, reclamando a ADFA com insistência, mas infrutiferamente, a aprovação governamental da regulamentação da ampliação dos actuais protocolos, para as vertentes de despiste e avaliação, por parte das ONG.



Deficiência/Guerra Colonial/Militar; dotação de meios informáticos adequados aos seus objectivos; conversações com vista à realizações de parcerias com outras Instituições – Bibliotecas militares, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e outros; intercâmbio, a custo zero, com novas publicações e, colocação on-line dos conteúdos indexados por intermédio da nova página da Internet.

Equacionou-se a reinstalação definitiva da Tipografia-escola, tendo obtido bom acolhimento a sua eventual transferência para as instalações do Lar Militar, com a anuência de princípio por parte da Cruz Vermelha Portuguesa e da Direcção Geral de Infra-Estruturas do MDN.

Propôs-se a implementação de um modo diferente de negociar, relativamente à forma antes praticada na aceitação da cedência, por parte do Ministério da Defesa Nacional, de infraestruturas imobiliárias de real valia para a nossa Associação, e que têm origem de posse no domínio militar. Da solução a encontrar, dependerá, em grande parte, o desenvolvimento que a ADFA deverá assumir na área económica, voltada para as vertentes da saúde, pró-tésica e de ocupação de tempos livres; em sequência daquela pretendida clarificação, se insistirá no objectivo da criação, em Lisboa e Ponta Delgada, de pólos de atendimento para fornecimento e reparação de próteses, com base no conhecimento que o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia-CRPG detém na matéria.

Justo se torna realçar, relativamente ao CRPG, após a atribuição da "Marca Europeia de Qualidade em Reabilitação", que lhe foi conferida em 2003. Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, pela EPR – Plataforma Europeia de Reabilitação, a entrega de tão honroso e reconhecido galardão de excelência, pela mão do respectivo gestor Guus Van Beek. A cerimónia de entrega ocorreu em 27 de Janeiro, nas instalações do Centro, com a presença do Secretário de Estado do Trabalho.

Na sessão respectiva, para além da apresentação da realidade desenvolvida, exposta pelo director do centro, do discurso de evidência da atribuição, proferido por Guus Van Beek, produziram também alocuções o presidente da DN da ADFA e o referenciado Secretário de Estado, Luís Pais Antunes.

Reforçou-se a abertura aos poderes central e local, à instituição militar, assim como às comunidades nas quais as Delegações estão inseridas, no sentido de se obterem sinergias capazes de viabilizar soluções, para os problemas da legislação, apoio à terceira idade, à formação e inserção profissionais, aos cuidados de saúde e ocupação de tempos livres dos nossos associados e, de modo geral, à partilha da nossa experiência; em sequência das actividades já identificadas, realçam-se as seguintes:

O Chefe de Estado, para lá da sua presença na ADFA, no dia do nosso 30.º Aniversário, e do convite para a presença da DN na sessão solene da evocação da Implantação da República, já mencionados, formulou solicitações idênticas para a nossa presença na evocação, em 23 de Abril, do "16 de Março" na Escola de Sargentos do Exército nas Caldas da Rainha, no dia 26 do mesmo mês, na cerimónia de imposição de condecorações e recepção

no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações, e na apresentação, em 21 de Setembro, da Presidência Aberta – "Semana da Saúde";

Participação, no dia 23 de Abril, na cerimónia de apresentação do livro "A Construção da Nação Timorense – Desafios e Oportunidades", do Presidente Xanana Gusmão, com a presença do autor;

O Presidente da Assembleia da República voltou a convidar a DN, para que se fizesse representar na sessão solene dos 30 anos do "25 de Abril", tendo o Almirante Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas formulado idêntica solicitação, para a parada militar, que se lhe seguiu na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

Aquele mesmo alto chefe militar convidou a ADFA para estar presente nas cerimónias do Dia das Forças Armadas, que decorreram no dia 26 de Junho, na cidade de Viseu, e o General Chefe do Estado-Maior do Exército, para o "Dia do Exército", organizado em 23 de Outubro, na cidade do Porto; DN foi recebida também na Assembleia da República, pela Comissão Parlamentar de Defesa, e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista;

Quanto a audiências, além das referidas anteriormente e acontecidas no Ministério da Defesa Nacional, a DN foi recebida em 9 de Setembro, pelo Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, em 7 de Outubro, pelo Adjunto do Primeiro Ministro, em 8 de Janeiro, pela secretária de Estado da Segurança Social, e em 18 de Março, pelo Secretário de Estado do Trabalho; e,

Para além de outras reuniões de trabalho de importância, destacam-se as havidas com um assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em 20 de Setembro e com os Presidentes das Câmaras Municipais de Coimbra e Leiria, tal como com os Governadores Civis deste último distrito e do de Lisboa.

Promoveu-se a aproximação a outras estruturas e associações, quer na formulação das políticas gerais, quer em áreas específicas, para além até da deficiência, sempre que o interesse dos nossos associados o recomendou, como no caso das reivindicações dos antigos combatentes.

A ADFA participou activamente nas organizações e iniciativas internacionais, com especial incidência: na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, por forma a colmatar as discrepâncias e desigualdades existentes, quer a nível mundial, quer dentro da União Europeia, tendo uma delegação sua estado presente e intervindo na 19.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, que se desenrolou em Zagreb, na Croácia, de 19 a 24 de Outubro; em termos de cooperação, desenvolveram-se esforços para a aproximação da ADFA ao FDLP – Fórum das Associações de Pessoas com Deficiência da CPLP, tendo sido recebido na Sede Nacional o presidente da sua Direcção Executiva. Por outro lado, sensibilizou-se o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação para o interesse daquela organização, no sentido de que se sedie em Lisboa a sua secretaria-geral, tal como para que, com a colaboração do CRPG, se deslocassem a Portugal deficientes de guerra angolanos, que ali se reabilitariam

funcionalmente, constituindo a sua habilitação profissional na correspondente formação como técnicos de confecção e reparação de próteses, "know how" que transportariam para o seu país de origem, dentro de um projecto de cooperação, que se esperava ver consolidado com a participação técnica, do próprio Centro, e a financeira, do Governo Português e da União Europeia. Ambas as sugestões, embora a DN tivesse reunido com um assessor daquela secretaria de Estado em 15 de Setembro, não mereceram qualquer desenvolvimento para além do mero plano das intenções; e mais uma vez uma delegação da ADFA deslocou-se à Alemanha, de 10 a 17 de Novembro, onde visitou a RehaCare-Internacional (Feira Especializada Internacional para Pessoas com Deficiência e com Necessidades de Assistência), que se realizou em Dusseldorf, onde tomou contacto com o que de mais moderno e avançado se produz em matéria de ajudas técnicas. De igual modo e conforme já se vem verificando desde anos anteriores, a nossa representação reuniu com o deputado e Secretário Social do Estado de Hamburgo, e com a Associação Barrieri Frei da mesma cidade, com a qual se encontra em estudo uma proposta de protocolo, para intercâmbio de conhecimentos e experiências, e de parceria, para o fornecimento de ajudas técnicas aos deficientes portugueses. Efetuou-se a tradicional visita ao Hospital Militar também daquela cidade, tão grato e positivo para a reabilitação dos nossos deficientes militares, tal como ao Centro de Cegos de Guerra, em Braunlaje.

Acompanhou-se com atenção o desenvolvimento legislativo que, dentro das iniciativas evoluídas em 2003 no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, mereceu evolução em 2004.

Nesse sentido, a intervenção e contributo da ADFA pautaram-se pela procura de um maior e melhor empenhamento das estruturas nacionais de reabilitação e das organizações da área da deficiência, na aplicação objectiva de uma nova política, publicada que foi a lei n.º 38/04, de 18 de Agosto, que colocou em vigor o Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência, tal como nos esforços para que conheça idêntico tratamento o projecto de lei sobre o movimento associativo das Pessoas com Deficiência.

Reconhece-se a complicada dinâmica do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a braços com questões de qualidade e quantidade de recursos técnicos e humanos, mas a ADFA, por outro lado, não consegue entender por que razão, e uma vez mais, o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência não voltou a ser convocado, em 2004.

Introduziu-se nos objectivos da ADFA, em matéria de associativismo da área da deficiência, a participação directa no FORIN – Fórum Português de Organizações para a Inclusão da Pessoa com Deficiência, promovendo-se diligências tendentes à nossa adesão àquela organização.

ADFA, Sede Nacional, 31 de Março de 2005

O presidente da Direcção Nacional,  
Cândido Manuel Patuleia Mendes